

## REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO RELACIONADA AOS AGROTÓXICOS EM COMUNIDADES RURAIS

*Braní Rozemberg  
Frederico Peres*

### INTRODUÇÃO

A adoção de novas tecnologias nos processos produtivos tem, ao longo dos anos, provocado impacto significativo sobre a saúde dos trabalhadores e sobre as diferentes formas de organização social. Este fenômeno, cujas raízes remontam à eterna (ou pelo menos renascentista) busca pelo desenvolvimento técnico e científico, acaba por determinar um processo dicotômico em que aqueles que detêm o acesso às tecnologias conseguem uma inserção mais favorável no mercado econômico e, conseqüentemente, uma posição social privilegiada, ao mesmo tempo em que aqueles que não detêm este acesso, ou simplesmente o têm impedido, tornam-se excluídos, passando a existir à margem.

O histórico da utilização de agrotóxicos no meio rural brasileiro tem origem, basicamente, na década de 60 do último século, quando, no campo, foi observado um progressivo processo de automação das lavouras, com o implemento de maquinário e a utilização de produtos agroquímicos no processo de produção. No que diz respeito à entrada dos produtos agrotóxicos no mercado nacional, esta se deu sob a alegação de que tais produtos eram a ‘tábua de salvação’ para a ‘infestação de insetos e pragas’, que potencialmente poderiam destruir todas as lavouras – é bom lembrar que naquele momento histórico, trinta a quarenta

anos atrás, o desequilíbrio ecológico no campo era notado em escala bem reduzida, e a utilização de produtos agrotóxicos serviria, então, como medida profilática para o caso de uma infestação por pragas.

Amparadas pelos benefícios das políticas de importação, as grandes indústrias químicas multinacionais começam a visualizar na América Latina, e sobretudo no Brasil, um novo e crescente mercado para os seus produtos. Ao final da década 60, já existia a comercialização dos primeiros produtos agrotóxicos em larga escala, com disponibilidade de estoque e consumo.

Na primeira metade da década de 70, temos um massivo aporte de agrotóxicos no mercado nacional, devido à implantação de algumas indústrias químicas no parque industrial Sul-Sudeste brasileiro. Ao mesmo tempo, nos países do então chamado Primeiro Mundo (desenvolvidos), os efeitos nocivos dos agrotóxicos começam a ser descritos por vários autores (Kearney, 1980; Pimentel, 1980; Baetjer, 1983; Kaloyanova, 1983; Kagan, 1985). Assim, políticas restritivas começam a ser implementadas nestes países, preconizando a redução da utilização/produção de certos agrotóxicos (como organofosforados e herbicidas) e a proibição de outros (como os organoclorados) (WHO, 1990). A implantação dessas políticas resultou em uma verdadeira ‘fuga’ das indústrias químicas multinacionais para os países do então chamado Terceiro Mundo, sobretudo para os países em desenvolvimento (La Dou, 1994).

No campo, a produtividade agrícola crescia consideravelmente e impulsionava o consumo de produtos agrotóxicos que, outrora utilizados esporadicamente, como medida profilática no combate de pragas, agora faziam parte do dia-a-dia do homem do campo. A recomendação para utilização de agrotóxicos feita por técnicos ligados ao comércio e à indústria deixava, progressivamente, de ser feita como uma técnica auxiliar na proteção de lavouras, passando ao *status* de ‘imprescindível’, ‘obrigatória’, sob pena de perda total da produção. As mudanças observadas no discurso dos vendedores, cujas fundamentações se encontram no monumental lucro das grandes indústrias químicas produtoras de agrotóxicos, passam a dar a tônica do processo de interlocução entre estes agentes e o homem do campo.

O estudo de Neill (1989) sobre o histórico da comunicação acerca das drogas de ação no sistema nervoso central descreve um percurso

semelhante e pode permitir um paralelo com a questão descrita anteriormente. Inicialmente, as bulas e propagandas desses medicamentos, de ação sobre o sistema nervoso central, recomendavam o seu uso como coadjuvantes no tratamento de pacientes com distúrbios psiquiátricos e/ou psicológicos. Tais bulas/propagandas também apresentavam indicação que, uma vez observada a diminuição dos sintomas, a medicação deveria ser diminuída ou encerrada e também centravam a atenção no tratamento das causas da doença e na relação médico/paciente. Com o passar dos anos, tais medicamentos tomam a conotação – nas propagandas de revistas médicas – de imprescindíveis ao tratamento médico, sendo indispensável seu uso agregado às terapias. Finalmente, a propaganda sobre esses medicamentos passa a referi-los como sendo o tratamento por si só, caracterizado como ‘tratamento químico’ para os distúrbios psicológicos/psiquiátricos. A reificação do tratamento químico, somada ao abandono das referências em relação à terapêutica e ao uso cada vez mais frequente de ícones cientificistas nas propagandas, foi aos poucos fazendo com que simplesmente ‘desaparecessem’ as alternativas a esse tipo de tratamento (Neill apud Rozemberg, 1995).

O aumento no consumo de agrotóxicos não foi acompanhado pela implementação de programas de qualificação da força de trabalho, expondo comunidades rurais a riscos ainda desconhecidos, originados pelo uso extensivo de um grande número de substâncias químicas perigosas e agravados por uma série de determinantes de ordem social (Moreira et al. 2002). Não obstante, este aumento também acaba por determinar a exclusão daqueles trabalhadores envolvidos em processos produtivos que tenham por base a lógica campestre – pequenas propriedades, emprego de mão-de-obra familiar, policultura e arrendamento de terras em regime de ‘meia’ (direito ao usufruto da terra em troca de parte da produção obtida).

De acordo com Rozemberg, a inserção marginal dos pequenos produtores rurais brasileiros na economia de mercado subordinada à agricultura comercial e às grandes empresas acaba por determinar uma radical mudança no processo de trabalho, que contempla o aumento na carga de trabalho como tentativa de aumento da produtividade:

Na tentativa insuficiente de compensar a desvalorização de seus produtos, produzindo mais e trabalhando mais, os produtores rurais acabam vendo

o resultado de sua produção não como ‘mais ou menos lucrativo’ e sim como ‘mais ou menos prejuízo. (Rozemberg, 1994b: 304)

Historicamente, as iniciativas de educação rural na América Latina sempre estiveram associadas à necessidade do aumento da produtividade agrícola como forma de diminuir os índices negativos da balança comercial dos países desta região. Jorge Werthein e Juan Bordenave, no capítulo introdutório de uma das mais importantes obras sobre educação rural na América Latina, *Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*, lançada em 1981, afirmam que, entre os objetivos fundamentais dos projetos de educação rural promovidos por organizações – governamentais ou não, nacionais ou internacionais –, estão implícitos tanto o aumento da produção agrícola, através do ensino de conhecimento e ‘destrezas’ ao agricultor que visem a melhorias das práticas de trabalho, quanto a diminuição da migração em direção aos grandes centros urbanos. Para os autores:

Existem tentativas para alcançar o primeiro objetivo (aumento da produtividade) através da reformulação dos conteúdos curriculares do sistema de educação formal, de desenvolvimento de programas de educação não formal e de um melhor aproveitamento das escolas agrícolas. Para o segundo objetivo (diminuição da migração), assume-se que a concentração de recursos, nunca significativos, para atender os aspectos sociais da família rural – basicamente saúde e educação – permitirão desacelerar a já forte corrente migratória dos que buscam refúgio nas superpopulosas periferias urbanas dos grandes pólos de atração. (Werthein & Bordenave, 1981: 17)

Passados mais de vinte anos, o que pudemos observar foi o fracasso de grande parte destas iniciativas, sobretudo no que diz respeito ao cumprimento dos objetivos anteriormente apresentados. Embora tenha sido possível observar, no país, uma redução na taxa de analfabetismo no meio rural neste período (de 46,21% em 1980 para 27,79% em 2000, entre a população acima dos 15 anos – IBGE, 2003), este percentual ainda está longe daquele observado nos centros urbanos (10,25% para a mesma faixa etária em 2000 – IBGE, 2003).

Alguns autores apontam as deficiências da escola rural em parte como determinante desta situação. Para Pimenta, o fato de as escolas, em nosso país, terem sido concebidas, inicialmente, para a educação das elites, acabou por determinar um descompasso entre a educação dos centros urbanos e a educação rural. Segundo o autor:

Esse descompasso vem se materializando na inexistência de um sistema educacional de qualidade que ofereça educação básica no meio rural, porque, mesmo de forma insatisfatória, o Estado assumiu a responsabilidade do sistema escolar urbano, enquanto que no meio rural, na maioria das regiões brasileiras até a década de 1970, nem grupos escolares tinham sido construídos. Ficava a cargo da iniciativa de particulares e da comunidade a construção ou improvisação de prédio para funcionamento das escolas. (Pimenta, 2002: 2)

Ainda de acordo com Pimenta, desde a sua incorporação ao sistema público de ensino, a escola rural foi tratada pelo poder público com políticas compensatórias, através de projetos, programas e campanhas emergenciais, e sem continuidade, com ações justapostas e diferentes concepções de educação.

Com esses programas, implantou-se, de forma definitiva um modelo de escola na área rural e urbana do nosso país, fundamentado numa concepção que tem três características fundamentais: é urbanocêntrica, unicamente voltada aos conteúdos formados e informada no processo de urbanização e industrialização; o ponto de partida e de chegada do conhecimento é a cidade, apresentada como superior e moderna, e o mundo rural precisa ser abandonado por quem quer vencer na vida, uma vez que no rural não há chance de progredir; é sociocêntrica, voltada aos interesses de certas classes sociais, não considerando a diversidade dos sujeitos sociais existentes no campo e na cidade, a sua cultura, as suas diversas formas de organizar o trabalho e a vida; e é etnocêntrica, que privilegia os conhecimentos relativos ao mundo ocidental industrializado, de uma forma de pensar e de um estilo de vida baseados na homogeneidade, onde os valores e a cultura camponesa são considerados como atrasados, conservadores, criando, assim, estereótipos com relação à população do campo e ao seu modo de viver e de pensar. (Pimenta, 2002: 3)

As deficiências nos projetos de educação rural são perigosamente amplificadas quando entram em jogo os interesses da indústria e do comércio, como no caso das ações de treinamento do homem do campo para o trabalho com produtos agrotóxicos. Em algumas áreas do país, os técnicos ligados às indústrias produtoras de agrotóxicos e ao comércio local são responsáveis por quase 80% da informação sobre agrotóxicos passada ao produtor rural (Peres, 1999).

Como pudemos observar anteriormente, os agrotóxicos começam a ser utilizados no meio rural brasileiro nas décadas de 60, considerados como

a redenção das lavouras, a solução indiscutível para todos os problemas que afligem o trabalhador rural. Juntamente com o aporte desses produtos no campo, se amplia a atuação dos técnicos ligados à indústria e ao comércio, que passam a legitimar o uso de venenos, transformando-os em um ícone de modernidade, cientificismo e avanço e, ao mesmo tempo, desconsiderando a importância de técnicas alternativas. A estes trabalhadores, restou seguir os mandamentos dos ‘educadores do veneno’: ‘você têm que usar agrotóxicos para conseguir suprir a demanda por comida da humanidade’; ‘você têm que usar agrotóxicos para impedir que suas lavouras sejam devoradas por pragas’; ‘você têm que usar agrotóxicos porque é o que há de mais moderno’; ‘você têm que usar agrotóxicos porque nós estamos lhes garantindo que é o que há melhor’.

Infelizmente, o mais convincente dentre todos os argumentos vem da própria experiência concreta dos agricultores usuários por ocasião da colheita. Os desequilíbrios biológicos gerados pelo uso continuado dos agrotóxicos vêm revelando-lhes, na prática, a impossibilidade de uma produção comercialmente viável sem o uso de tais produtos. Essa constatação muito concreta, somada à ausência de qualquer orientação e de experiência direta com exemplos bem-sucedidos sobre métodos alternativos, vem coroando a ‘vitória do veneno’ sobre o a saúde do homem e sua banalização por todo o interior do país.

A implantação coercitiva destes produtos não foi acompanhada, em momento algum, de uma estratégia extensiva de comunicação esclarecedora sobre os malefícios relacionados ao uso destes produtos. Somente quando os problemas causados pelos agrotóxicos começaram a despertar o interesse dos moradores da cidade, consumidores dos produtos contaminados por estes agentes químicos, é que observamos, nos meios de comunicação, um aumento na quantidade de informações, embora nem sempre acompanhado de um acréscimo semelhante na qualidade desta informação.

Os trabalhadores ainda teriam de esperar mais um pouco: somente com a amplificação dos casos de contaminação/intoxicação por agrotóxicos no meio rural é que foi possível uma pressão da sociedade civil organizada e dos órgãos do governo sobre a indústria/comércio, no sentido de estabelecer uma política específica de comunicação de riscos para estes produtos (Peres, 1999).

Mas a incipiente (e descontinuada) pressão sobre a indústria produtora de agrotóxicos ainda não vem sendo acompanhada de estudos e de ações concretas que possam favorecer a apropriação crítica das informações técnicas por parte do trabalhador rural. São igualmente raros os estudos sobre a forma como os usuários do veneno agrícola combinam seus saberes e racionalidade com os conceitos médicos e agrícolas provenientes do saber técnico-científico, de modo a ‘construir o sentido do uso do agrotóxico em suas vidas’. Como educadores, sabemos que este seria o único caminho para qualquer possibilidade de revisão crítica do problema.

Um exemplo bem evidente deste descaso para com o mundo da experiência do trabalhador rural, consumidor destes produtos, é a própria prática da mera tradução dos rótulos dos produtos fabricados em outros países. Ela se dá como simples cumprimento automatizado das exigências da legislação. Não existe qualquer esforço em rever intenções e interesses contidos naqueles rótulos ou bulas, ou adequar a linguagem utilizada ao público para o qual o produto se destina. O que dizer então da possibilidade de articular tais informações técnicas (de máxima utilidade pública!) a outros níveis da experiência rural, tais como a situação econômica, as relações com os comerciantes, a luta por fazer valer seus direitos etc.? E com o abandono dos órgãos de assistência e extensão rural do poder público, os quais (ao menos na teoria), poderiam oferecer uma comunicação desprovida de interesses comerciais, observamos o conhecimento científico como base de legitimação de tecnologias em nome da manutenção de um mercado que movimenta bilhões de dólares por ano em todo o mundo.

## AÇÕES EDUCATIVAS?

A atualidade das idéias construídas por Paulo Freire para dar conta da análise da situação do trabalhador rural da América Latina, nas décadas de 60 e 70, é impressionante. Apesar do avanço tecnológico e do desenvolvimento dos saberes das ciências humanas e sociais, não foi possível observar, no campo, uma aproximação entre técnicos e agricultores, no sentido de construção de estratégias de ensino/aprendizagem acuradas, envolvendo conhecimentos pertinentes à produção agropecuária, à saúde e à segurança no trabalho. Muito pelo contrário, o que

temos observado foi um distanciamento entre estes dois grupos. Ou pela dificuldade de interlocução, ampliada pela formação cada vez mais técnica do profissional que atua no meio rural, ou pelo forte viés de mercado que a atividade agrícola tomou nos últimos anos, mais marcadamente observado no processo de legitimação e imposição de produtos/insumos (fertilizantes, agrotóxicos etc.) pela indústria, através de práticas exploratórias de venda que subjagam os saberes dos trabalhadores rurais (Peres et al., 2001).

Para Freire, o profissional por vezes tende a se esquecer ou minimizar o papel do homem do campo em função de seu compromisso profissional – baseado em ações de caráter técnico – que o leva a considerar a perspectiva humanista de maneira impeditiva, como forma de retardar as soluções mais urgentes:

Quase sempre, técnicos de boa vontade, embora ingênuos, deixam-se levar pela tentação tecnicista (mitificação da técnica) e, em nome do que chamam de ‘necessidade de não perder tempo’, tentam, verticalmente, substituir os procedimentos empíricos do povo por suas técnicas. (Freire, 1997: 15)

São inúmeros os exemplos na saúde pública dessas pretensas ‘simplificações de conteúdos’ para a (também pretensa) ‘apropriação mais rápida por parte de grupos sem escolaridade’. Se tomarmos por base apenas nossos próprios estudos com agricultores, mapeamos em áreas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo graves problemas de comunicação gerados por esta tendência, tanto nas representações sociais de endemias (Rozemberg, 1994a, 1996) quanto de soluções de saneamento (Rozemberg, 1998), do uso de calmantes (Rozemberg, 1994b), de outros medicamentos e serviços (Uchoa, Rozemberg & Porto, 2000) e do uso de agrotóxicos (Peres, 1999; Peres et al. 2001).

Em um estudo recente sobre impressos hospitalares (Rozemberg, Penna-Silva & Vasconcello-Silva, 2002), essa mesma lógica de ‘ganho de tempo e objetividade’ descrita por Freire (1997) foi apresentada por médicos na utilização de folhetos informativos:

Como temos um setor muito cheio, e poucas pessoas trabalhando, você ganha tempo, pois apesar de você estar ali disponível sempre para responder perguntas, você dando a cartilha para ele, você possibilita que a consulta se torne mais objetiva, de certa forma



abreviada (...). Você ganha tempo para ver a parte médica (...). Em outra consulta ele pode trazer as dúvidas que teve na cartilha (...). (Rozemberg et al., 2002: 1.688)

Ao procederem assim, os profissionais perdem a capacidade dialógica de sua ação, contribuindo para a construção de barreiras no processo de apropriação dos conhecimentos em questão. No trecho citado, constata-se, por parte do profissional, um desejo de troca, de fluxo bilateral, porém adiado para um momento futuro: próxima consulta. Teríamos então uma ‘promessa’ de diálogo?

O diálogo, para Freire, é determinante da eficácia das ações educativas, que devem passar pelo comprometimento. Ao negar os saberes de seu interlocutor em favor desta ‘objetividade’, o técnico quebra o elo da confiança, fundamental para o estabelecimento de um compromisso e de um espaço de interlocução que, por sua vez, é o cenário dos processos de aprendizagem.

Ao desconhecer que tanto sua técnica como os procedimentos empíricos dos camponeses (ou pacientes!) são manifestações culturais e, deste ponto de vista, ambas válidas, cada qual em sua medida, e que, por isso, não podem ser mecanicamente substituídos, [os técnicos] enganam-se e já não podem comprometer-se. Terminam, então, por cair nesta irônica contradição: para não perder tempo, acabam por perdê-lo. (Freire, 1997: 15)

Estudando as ações de extensão rural, observadas nas décadas de 60 e 70 na América Latina, Paulo Freire há muito já afirmava ser indispensável ao processo de aprendizagem a comunicação entre os sujeitos envolvidos, dada através de signos e símbolos comuns às duas realidades:

É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito. Se não há acordo entre os signos, como expressão do objeto significado, não pode há ver compreensão entre os sujeitos, o que impossibilita a comunicação. (Freire, 1992: 8)

É especificamente essa possibilidade desse “acordo entre os signos”, tão necessário para a ocorrência da educação, que gostaríamos de focalizar neste artigo. Essa possibilidade de compreensão, de constru-

ção de ‘quadros referenciais comuns’ abre frentes para a interlocução dos grupos de agricultores com técnicos da saúde, ambiente ou agricultura. Isso sem mencionar outros atores que aportam nos núcleos populacionais rurais influenciando os ‘arraiais’ com seus mais variados interesses: industriais, comerciais, ambientalistas, religiosos, ou migrantes vindos de áreas urbanas por opção ou por falta dela, além de uma profusão de programas e iniciativas públicas desconectas, decorrentes de um processo de descentralização mal completado.

Dedicando-nos aqui, centralmente, às relações entre técnicos e trabalhadores rurais, procuraremos falar de alguns caminhos para favorecer a ‘negociação de significados’. A atenção ao nível dos significados é promissora na direção de uma maior simetria entre o ponto de vista das populações rurais e esses outros saberes, na construção de conhecimentos sobre saúde, doença, medicamentos, agrotóxicos, e suas muitas (e inexploradas) alternativas.

Ainda que o termo ‘negociação’ nos remeta à economia, ciência que foi posta no comando das sociedades contemporâneas, a idéia de negociar sentidos, significados, no ‘mercado’ dos signos e símbolos, é providencial, e precisa ser colocada em prática.

Se o profissional não compreende, ou não leva em conta, o universo no qual trabalha, a realidade do campo, tende a transmitir o conhecimento produzido em sua realidade específica (academia) para um grupo populacional distinto, promovendo não só o fracasso da prática educativa, mas por vezes a violação e a descaracterização de padrões culturais, enfim, o etnocentrismo, contra o qual nos alertava Paulo Freire. Podemos falar, neste caso, em ações educativas? Certamente que não, por mais que tais ações estejam assim ‘batizadas’.

## ABORDAGENS NORMATIVAS NA EDUCAÇÃO

As pesquisas em educação pelo viés da ciência positivista centrada apenas em fenômenos tangíveis limitam a compreensão da experiência humana aos comportamentos observáveis e vêm contribuindo pouco para a aproximação entre os saberes técnicos e aqueles advindos da experiência rural. Desejosos de atender supostas demandas cognitivas, os técnicos se esforçam transferindo, informando, dando acesso ao conheci-

mento e com isso atropelando a perspectiva leiga, com o predomínio do saber do especialista. Seus levantamentos de escalas de opiniões e atitudes são utilizados para completar as ‘lacunas’ do saber leigo. Ou seja, com o objetivo de convencimento unilateral e acreditando na existência de fórmulas prontas e saberes universalmente válidos, o profissional se empenha em disseminar seus conhecimentos de utilidade pública.

Para Goode et al. (1996), essa abordagem se baseia na crença de que as pessoas só não perseguem estilo de vida ‘saudável’ por não terem conhecimentos suficientes para fazer melhores escolhas, e que, uma vez informados pelos profissionais, isso ocorrerá. Intuitivamente, baseia-se na expectativa de que o acesso à informação *per se* venha a se traduzir em êxito dos programas de saúde. Para Baillie et al. (2000), os mitos relacionados ao poder da transferência de informações impregnam a memória institucional do campo da saúde e reemergem nos programas de promoção e prevenção primária. Talvez nisso resida a eterna atualidade da obra de Paulo Freire.

Para superação desta tendência é preciso que o profissional se acostume a problematizar de maneira crítica e aberta sua relação com valores e decisões tomadas em contextos sociais e culturais muito diferentes dos dele. No entanto, como pedir a um profissional que leve em conta uma experiência, uma vivência, valores, racionalidades que ele desconhece? A experiência de trabalho e convívio que temos com estes grupos nos permite afirmar que isso leva tempo, e que estamos realmente diante de uma realidade muito diferente da dos centros urbanos. Lembraremos aqui pelo menos duas amplas categorias diferenciais extremamente relevantes, a falta de escolaridade e o trabalho agrícola:

A população rural concentra suas atividades e seu comportamento ao redor de uma atividade toda especial, complexa e marcante que é a agricultura. As comunidades resultantes da ocupação agrícola e do *habitat* rural pensam, sentem e agem de maneira diferente da dos habitantes das cidades, comunicando-se também através de códigos e meios próprios. (Werthein & Bordenave, 1981: 12)

Também consideramos fundamental refletir sobre os preconceitos relacionados à escolaridade. Como vimos anteriormente, no Brasil, em geral, os agricultores não sofreram o processo de escolarização formal, tendo desenvolvido padrões de racionalidade e linguagem por vezes

diferenciados. Por despreparo, alguns profissionais confundem a habilidade para a leitura e o domínio da linguagem formal como critérios de julgamento sobre a inteligência e a capacidade de construção de raciocínios lógicos da população rural.

Nesse sentido, registramos recentemente entre profissionais de saúde (Rozemberg, Penna-Silva & Vasconcello-Silva, 2002) a tendência a apontar o analfabetismo de sua clientela como principal barreira para a comunicação. Se, por um lado, as dificuldades dos pacientes foram sempre expressas nas entrevistas; por outro, apenas dois profissionais lembraram de enunciar claramente o abismo entre seus conhecimentos técnicos sofisticados e ‘qualquer clientela’. Em um caso extremo, o entrevistado chegou a comparar adultos ‘analfabetos’ com crianças de três anos de idade, desqualificando o saber construído pelo adulto ao longo de sua vida.

Como resultado, temos a visão estereotipada de um imenso contingente da população brasileira, incluindo os trabalhadores rurais, que costumam ser caracterizados pela falta ou escassez de recursos materiais, culturais ou simbólicos – a chamada população carente. Um grupo que costuma ser descrito por lacunas e vazios de toda ordem: ‘pessoal de baixa renda’, ‘baixo nível cultural’, ‘pessoal do interior que não se alfabetizou’. Segundo Calazans, Castro & Silva (1981), Ugalde (1985) e Pimenta (2002), entre outros autores, os valores e a cultura da população do campo são considerados como atrasados, conservadores, sendo alvo de críticas constantes com relação ao seu modo de viver e de pensar. Como dissemos, há quase uma década:

O que se escuta do discurso popular, nestes casos, é basicamente aquilo que nele não foi dito. O conhecimento que se considera *a priori* como certo, e que no caso, o informante não tem. Ele fala, portanto, para ser corrigido. Aqui, a população deve ser instruída, educada, nutrida, convertida aos valores daqueles que supostamente a ‘ouvem’ (...). Não estão em jogo as condições que geram os agravos à saúde, essas não são questionadas pela ação educativa, não transparecem, e passam a ser tratadas também pelo lavrador como invariáveis. O foco está no que ele deve fazer para se adequar e viver melhor com elas. (Rozemberg, 1995: 8)

Há vinte três anos, Calazans, Castro & Silva (1981: 164) já nos alertavam sobre os interesses perversos aos quais atende esse tipo de ação educativa, que pretende mudar os valores do homem do campo a fim de habilitá-lo às inovações agrícolas. Denunciando a concepção etnocên-

trica de ‘atraso rural’, os autores nos alertam que tal ‘atraso’ jamais será uma ‘etapa a ser superada’ com ajuda das benesses do desenvolvimento e das tecnologias, a não ser no cérebro de quem abriga uma concepção linear da evolução. A falsa noção do ‘atraso rural’ (agricultura pré-capitalista) deu origem a uma falsa solução: educação rural. Os autores demonstram como o chamado ‘atraso’ é fruto de relações sociais específicas e que, sem a modificação destas, jamais será superado. Na verdade, o que a educação rural faria era ajudar a arrancar as raízes culturais, desadaptar o agricultor tradicional e colocá-lo em posição marginal no mercado dito ‘moderno’, desagregando as populações rurais e transformando-se na ponta de lança da invasão capitalista no campo.

Ao retomarmos nossas referências bibliográficas antigas, queremos deixar claro o quanto ainda estamos precisando delas em nossas práticas e programas de promoção e educação na área da saúde. O reconhecimento da alteridade, o respeito pela diferença, a escuta respeitosa da diferença para fora dos interesses de transformá-la segundo nossos próprios referenciais.

## **A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA PARA A EDUCAÇÃO E SAÚDE NO MEIO RURAL**

Como dissemos anteriormente, para desconstruir preconceitos ainda tão freqüentes nas publicações e ações educativas, tais como os de que a população rural sem escolaridade sofre de ‘falta de compreensão’, ‘ignorância’ ou ‘incongruência’, é preciso que o profissional se acostume a problematizar de maneira crítica e aberta sua relação com valores e decisões tomadas em contextos sociais e culturais muito diferentes dos dele. Mas, para tanto, é necessário conhecer tais contextos, experiências, interesses, valores, racionalidades dos grupos com os quais deseja trabalhar. Para isso, a realização de pesquisas por parte do educador torna-se imprescindível. Nossa experiência trabalhando com agricultores nos últimos anos vem permitindo demonstrar, através de inúmeros exemplos de campo, que há uma lógica e uma racionalidade articulando a aparente ‘falta de sentido’ de alguns discursos. Essa lógica costuma estar, inclusive, muito bem ancorada na visão de mundo dos grupos, ainda pouco conhecidos e compreendidos em sua própria racionalidade.

É preciso ainda, que o profissional não se limite a realizar ‘denúncias’ dos malefícios deste ou daquele produto ou das precárias condições de vida e trabalho de grupos populacionais específicos (ainda que lhes dando visibilidade). É necessário compreender o quanto tais condições concretas são de fato decisivas na maneira como os indivíduos dão sentido a suas experiências. Assim, a pesquisa sobre a construção dos ‘significados’ da saúde e doença contribui para uma visão mais completa e menos preconceituosa da experiência rural sob os diferentes ângulos.

Para finalizar, gostaríamos de apontar sucintamente três exemplos de campo relacionados com atribuição de significados aparentemente inusitados em quaisquer outros contextos: a) ao nome de uma doença; b) ao de um agrotóxico; c) ao de um medicamento. A idéia é exemplificar como a construção do significado resulta de processos de elaboração de sentido que podem escapar totalmente ao entendimento dos profissionais de saúde. Mesmo correndo o risco de análises pouco contextualizadas, julgamos úteis tais exemplos que resultaram de diálogos que mantivemos com vizinhos em área rural de Nova Friburgo. Por não resultarem de entrevistas sistemáticas, esses exemplos não foram publicados.

1) Um vizinho busca nos convencer da eficácia de uma planta medicinal que nos recomenda, com o argumento de que ela foi eficiente até mesmo no caso da doença mais forte, mais capaz de afetar a ‘afetosa’. A palavra afetar, a mais utilizada entre populações rurais para referir-se à saúde/doença, revestiu de significado a ‘febre aftosa’ do gado, dando-lhe a conotação de extrema gravidade.

2) Quando tentamos dissuadir os vizinhos de pulverizar agrotóxicos em nossas estradas e beiras de caminho, eles todos são unânimes em nos explicar que estão usando um veneno muito fraquinho, o ‘Gramachone’ (Gramoxone), que é o remédio que só mata grama no chão. Grama é da família da grama do pasto, um tipo de mato. Logo, o remédio com nome de grama é apelidado de ‘mata-mato’ e sobre ele se diz: “Não mata nem o pé de pranta, só mesmo o mato. Como poderia fazer mal ao ser humano?” Explicamos que o produto pertence à classe toxicológica I, estando entre os mais agressivos à saúde. Porém, o efeito simbólico já se encontra consolidado no senso comum da comunidade como sendo o mais inócuo, o mais ‘fraquinho’ entre os agrotóxicos.

3) Finalmente, a vizinha (e grande amiga) nos conta que pediu ao médico que trocasse com urgência o remédio que lhe foi receitado. O mal-estar que sentiu com o remédio e a marcação de uma consulta médica extra tiveram a seguinte justificativa: “Eu sabia que eu não ia me dar com esse tal de ‘Frontal’. Você nunca me viu afrontando o Fulano (nome do marido), viu? Pois então? Eu não sou de afrontar, não é para mim isso. Já a minha prima sim, ela iria se dar muito bem se tomasse esse remédio. Ela briga e grita com ele, afronta o marido o tempo todo”. Interessante é que esta explicação não foi fornecida ao médico. Ele substituiu a receita com base em um relato sucinto de sintoma físico. Talvez não tenha sequer conhecido as decorrências subjetivas desta sua prescrição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em oposição ao positivismo, do qual já falamos muito, tivemos as contribuições das pesquisas estruturais na educação, que lograram vincular variáveis socioeconômicas, utilizando o conceito de classes sociais, ao conhecimento e narrativas de saúde e doença. Entretanto, nelas, os indivíduos surgem sempre bastante submetidos e conformados a uma ordem social preexistente, e não como atores criativos. Para fugir do dilema da supressão dos atores sociais, há estudos com foco na subjetividade. Porém, neles, muitas vezes é o contexto social que nem sequer é descrito ou considerado, o que poderia levar à falsa conclusão de que o contexto é irrelevante para o estudo das experiências em saúde e doença.

Sendo assim, o desafio está em inter-relacionar subjetividade individual e ordem social – experiência concreta e imaginário, dados quantitativos e qualitativos. Para tal, as abordagens interpretativas revelam-se promissoras. Ao invés de deduzir o que ocorre com os grupos, a partir de um marco teórico, a ciência social interpretativa de Weber coloca ‘o relato dos atores no papel central’, passando a uma exploração sistemática das inter-relações entre estrutura social e subjetividade.

Nossa opção, assim como tem sido a de Castro-Perez (2000) em seus estudos com populações rurais no México, vem sendo a de trabalhar com narrativas e relatos dos entrevistados. Segundo ele, a linguagem que um grupo usa, seu campo semântico, representa a acumulação objetiva de vastas quantidades não só de significados, mas também de

experiências. Nossas contribuições recentes ao campo da educação e saúde focalizaram centralmente o senso comum – acervo de pressuposições que resulta do processo social de interpretação seletiva e compartilhada da realidade. Assim, o campo semântico de um grupo é considerado uma fonte legítima de conhecimentos sobre sua experiência concreta (Minayo, 1992).

Finalmente ressaltamos que, nosso objetivo não é apenas conhecer a realidade rural, como se esta se mantivesse estática e isolada. Pretendemos explicar de que forma a experiência e o senso comum dos trabalhadores rurais se apropriam e dão sentido aos conceitos vindos da medicina moderna, das tecnologias agrícolas, das novidades da mídia etc., sem esquecer que esse sentido é influenciado por condições econômicas, relações com instituições, atores e espaços sociais rurais.

Nossa experiência nos últimos anos, trabalhando com depoimentos, nos permite concluir com Castro-Pérez (2000) que as explicações das pessoas sobre sua saúde ou sobre seu trabalho não são meras descrições das condições físicas (corpo) e materiais (renda, trabalho). A fala articula a situação do sujeito no mundo, e com isso cria e destrói mundos, apontando sempre novos lugares de onde o sujeito pode responder aos demais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAETJER, A. M. Water deprivation and food restriction on toxicity of parathion and paraoxon. *Archives of Environmental Health*, 38: 168-171, 1983.
- BAILLIE, L.; BASSETT-SMITH, J. & BROUGHTON, S. Using communicative action in the primary prevention of cancer. *Health Education Behaviour*, 27: 442-453, 2000.
- CALAZANS, M. J. C.; CASTRO, L. F. M. & SILVA, H. R. S. Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTHEIN, J. & BORDENAVE, J. D. E. (Orgs.) *Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CASTRO PÉREZ, R. *La Vida en la Adversidad: el significado de la salud y la reproducción en la pobreza*. Cuernavaca: Unam/Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2000.
- FREIRE, P. *Comunicação ou Extensão?* 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, P. *Educação e Mudança*. 21.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GOODE, J. et al. Changing the nation's diet: a study of responses to current nutritional messages. *Health Education Journal*, 55: 285, 1996.



- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Tendências Demográficas – Tabela 23*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, 2003.
- KAGAN, Y. S. *Principles of Pesticide Toxicology*. Moscow: USSR Commission for UNEP, Centre of International Projects (GNKT), 1985.
- KALOYANOVA, F. Interactions of pesticides. In: WHO/ROE (Eds.) *Health Effects of Combined Exposures to Chemicals in Work and Community Environments*. Copenhagen: WHO, 1983.
- KEARNEY, P. C. Nitrosamines and pesticides: a especial report on the occurrence of nitrosamines as terminal residues resulting from agricultural use of certain pesticides. *Pure and Applied Chemistry*, 53: 499-526, 1980.
- LA DOU, J. The export of environmental responsibility. *Archives of Environmental Health*, 49(1): 6-8, 1994.
- MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1996.
- MOREIRA, J. C. et al. Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo/RJ. *Ciência e Saúde Coletiva*, 7(2): 299-311, 2002.
- NEILL, J. R. A social history of psychotropic drug advertisements. *Social Sciences in Medicine*, 28(4): 333-338, 1989.
- PERES, F. *É Veneno ou é Remédio? os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos*, 1999. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- PERES F, et al. Comunicação relacionada ao uso de agrotóxicos em uma região agrícola do estado do Rio de Janeiro. *Revista de Saúde Pública*, 35(6): 564-570, 2001.
- PIMENTA, L. F. M. *Por uma nova Educação Rural voltada ao Desenvolvimento Regional Sustentável*. Disponível em: [http://www.cndrs.org.br/documentos\\_forum/2002/07/nova\\_educacao\\_rural.doc](http://www.cndrs.org.br/documentos_forum/2002/07/nova_educacao_rural.doc), 2002.
- PIMENTEL, D. Environmental and social costs of pesticides: a preliminary assessment. *Oikos*, 34: 126-140, 1980.
- ROZEMBERG, B. Representação social de eventos somáticos ligados à esquistossomose. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(1): 30-46, 1994a.
- ROZEMBERG, B. O consumo de calmantes e o problema de nervos entre lavradores. *Revista de Saúde Pública*, 28(4): 300-308, 1994b.
- ROZEMBERG, B. *A Intransparência da Comunicação: crítica teórico-metodológica sobre a interação entre o saber e as práticas médicas e a experiência de populações de áreas endêmicas de esquistossomose*, 1995. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- ROZEMBERG, B. Debates sobre el artículo de Briceño-León: siete tesis sobre la educación sanitaria para la participación comunitaria. *Cadernos de Saúde Pública*, 12(1): 7-30, 1996.
- ROZEMBERG, B. Saneamento rural em áreas endêmicas de esquistossomose: experiência e aprendizagem. *Ciência e Saúde Coletiva*, 3(2): 125-141, 1998.

- ROZEMBERG, B.; PENNA-SILVA, A. P & VASCONCELLO-SILVA, P. R. Impresos hospitalares e a dinâmica de construção de seus sentidos: o ponto de vista dos profissionais de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(6): 1685-1694, 2002.
- UCHÔA, E.; ROZEMBERG, B. & PORTO, M. F. S. Entre a fragmentação e a integração: saúde e qualidade de vida de grupos populacionais específicos. *Série de Eventos Científicos Fundação Oswaldo Cruz*, 2: 15-26, 2000.
- UGALDE, A. Ideological dimensions of community participation in Latin America health programs. *Social Sciences and Medicine*, 21(1): 41-53, 1985.
- WERTHEIN, J & BORDENAVE, J. E. D. Introdução. In: WERTHEIN, J. & BORDENAVE, J. D. E. (Orgs.) *Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- WHO (World Health Organization). *Public Health Impact of Pesticides Used in Agriculture*. Genebra: WHO, 1990.

---

*Formato:* 16 x 23 cm

*Tipologia:* GeoSlab e Casablanca

*Papel:* Pólen bold 70g/m<sup>2</sup> (miolo)

Cartão supremo 250g/m<sup>2</sup> (capa)

*Fotolitos:* Laser vegetal (miolo)

Engenho & Arte Editoração Gráfica Ltda. (capa)

*Impressão e acabamento:* Millennium Print Comunicação Visual Ltda.

Rio de Janeiro, outubro de 2003.

Não encontrando nossos títulos em livrarias,

contactar a EDITORA FIOCRUZ:

Av. Brasil, 4036 – 1ª andar – sala 112 Manguinhos

21040-361 – Rio de Janeiro – RJ.

Tel.: (21) 3882-9039 e 3882-9041

Telefax: (21) 3882-9006

<http://www.fiocruz.br/editora>

*E-mail:* editora@fiocruz.br